



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 1/2015

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM SETE DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE:-----

-----Aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião anterior, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artº. 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----Informou também que, conforme proposta apresentada pela Direção – Geral do Livro, dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Arquivos e das Bibliotecas, autorizou a organização pelos serviços da Biblioteca Municipal da Prova Distrital do Concurso Nacional de Leitura 2015, que contará com cerca de 150 alunos participantes, do 3º. Ciclo e secundário e 30 professores e que terminará com uma prova oral dos 5 finalistas apurados inserida num espetáculo que envolva a comunidade a realizar em junho e a ser transmitida pelo RTP, sendo as despesas inerentes autorizadas no âmbito das suas competências próprias.-----

-----Deu ainda conhecimento da publicação da seguinte legislação:-----

-----Lei nº. 81/2014, de 19 de dezembro – Estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a lei nº. 21/2009, de 20 de maio, e os Decretos-Leis nºs 608/73, de 14 de novembro, e 166/93 de 7 de maio.-----

-----Lei nº. 82-B/2014, de 31 de dezembro – Orçamento de Estado para 2015 .-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria nº. 2, referente ao dia 6 de janeiro corrente, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES:-----

4.1.1.-Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP):--

-----Foi presente a circ. refª. 135/2014-PB, de 29 de dezembro findo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses dando conhecimento da comunicação recebida do Ministério da Administração Interna relativa ao Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

4.2.-Aplicação do nº.5 do Artigo 94º. do Orçamento do Estado de 2014 – Aumento de Receita do IMI decorrente da Reavaliação Geral de Imóveis:-----

----Foi presente a circ. 133/2014, de 18 de dezembro findo, da Associação Nacional de Municípios, dando conhecimento da informação referente ao procedimento a adotar sobre a aplicação do nº.5 do Artigo 94º. do Orçamento do Estado de 2014, em relação à receita do IMI, decorrente da reavaliação e que conclui que se encontrará cumprida a norma apreço, desde que a redução do endividamento de médio e longo prazo, conjugado, se necessário, com o pagamento de dividas a fornecedores (a que se refere a alínea a), do nº.5, do artº.94º.) seja igual ou maior que o montante do eventual aumento do IMI resultante da avaliação geral de prédios urbanos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-JUVENTUDE:-----

5.1.1.-Da Escola, Agarra a Vida – Síntese de Atividades Desenvolvidas no 1º. Período letivo:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Relatório das Atividades desenvolvidas no 1º. Período do corrente ano letivo no âmbito do Plano de Ação do Projeto da “Escola, Agarra a Vida”, de que se destaca o Programa de “Orientação Escolar e Profissional do 8º. e 9º. anos e as ações “Visitas de conhecimento da oferta formativa” e “Sombra de um Profissional”.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ASSOCIATIVISMO – ATIVIDADES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS:-----

6.1.1.- Mortágua Futebol Clube – Apoio atividade Futebol ano de 2015:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada de 18 de dezembro findo, do Mortágua Futebol Clube a solicitar o apoio para o desenvolvimento das suas atividades desportivas referente à restante época de 2014/2015, nomeadamente para fazer face às despesas inerentes à participação no campeonato da 3ª. Divisão Nacional da sua equipa de seniores e no campeonato distrital das suas equipas de escolinhas (pré-competição), escolas, infantis, iniciados, juvenis, juniores e veteranos, num total de mais 200 atletas, considerando que o Protocolo anteriormente celebrado previa um financiamento das atividades até ao final do ano transato e a época desportiva prolonga-se até maio de 2015.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que fosse atribuído um subsídio mensal de oito mil euros (8.000,00 €), de janeiro a maio inclusive, mediante a alteração ao Protocolo anteriormente celebrado, nomeadamente à cláusula referente ao valor do subsídio atribuído.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de duzentos e nove mil euros (209.000,00 €) e nas Opções do Plano no Projeto 2015/5027 – Atividades Culturais Desportivas e Recreativas com um saldo de oitenta mil euros (80.000,00 €).-----

-----Depois de apreciado o assunto, a Câmara deliberou, por maioria com seis votos a favor, sendo quatro do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e dois de Vereadores eleitos pelo PS, e uma abstenção da Vereadora Drª. Márcia Maria dos Santos Lopes, eleita pelo PS, aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

7.-HABITACÃO E URBANIZAÇÃO:-----

7.1.-ILUMINAÇÃO PÚBLICA - Ampliação ou Remodelação de Redes no Município de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 144/14/CA, de 05 de dezembro findo, da EDP Distribuição – Conselho de Administração dando conhecimento das principais atividades da EDP Distribuição durante o ano de 2013 no Município de Mortágua, salientando que investiu seiscentos e sessenta mil quinhentos e setenta e seis euros e setenta cêntimos (660.576,70 €) na conservação de redes com impacto no Município.-----

-----Informa também as atividades a desenvolver em 2015 referindo a instalação de EDP BOXES (equipamentos com telecontagem e funcionalidades para gestão de energia) em todos os circuitos de iluminação pública, prevendo-se a completa instalação até ao final do 1º. Semestre de 2015.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

8.-ADMINISTRAÇÃO:-----

8.1.-RELATÓRIO DA INSPEÇÃO AO MUNICÍPIO DE MORTÁGUA REALIZADA PELA IGF EX-IGAL:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 2408, de 26 dezembro findo, Processo número 2012/172/B1/1334, da Inspeção – Geral de Finanças (IGF ex-IGAL) a remeter o Relatório da Ação Inspetiva Ordinária efetuada ao Município de Mortágua, por Despacho de cinco de janeiro de 2012 do Senhor Secretário de Estado da Administração Local, no período de catorze de fevereiro a treze de março de 2012, dando conhecimento do mesmo e do parecer final que conclui pela manutenção das conclusões, recomendações e propostas formuladas no Relatório.-----

-----O Senhor Presidente informou que as recomendações e propostas formuladas no Relatório tinham sido logo implementadas nos serviços conforme ofício enviado pelo Município em



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

08/05/2012 em fase de contraditório.-----

-----A Câmara tomou conhecimento devendo, nos termos da alínea o) do nº. 2 do artº. 35º. do anexo I da Lei nº. 75/2013, o mesmo ser remetido à Assembleia Municipal para efeitos do nº. 2 da alínea g) do artº. 25º. da referida Lei. -----

8.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2015:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal das obras e ações em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do número 2 do 64º. da Lei número 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço de Financiamento definido – vinte mil euros (20.000,00 €).-----

-----Anulação de Financiamento não definido – vinte mil euros (20.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

8.3.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2015:-

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 2 do artigo 64º. da Lei número 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº.5-A/2002, de 11 de janeiro, a proposta modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – vinte mil euros (20.000,00 €).-----

-----Anulação despesas correntes – vinte mil euros (20.000,00 €).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

8.4.-PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS:-----

-----O Senhor Presidente informou que se verificaram algumas dúvidas relativamente à cobrança de taxas referentes aos artº. 24º. e 29º. da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, tendo sido solicitado esclarecimento ao Dr. Pedro Mota e Costa que elaborou a mesma, e que concluiu o seguinte: -----

-----“. Considerando que quando se refere no art.º 24.º e 29.º da Tabela que a "Renovação de licenças terão um adicional de 50% da taxa inicial." quis-se dizer que, para além da taxa variável deve ser cobrado 50% da taxa fixa inicial. Não se pretendia que para além da taxa fixa inicial cobrasse mais 50%;-----

----- Considerando que dispõe o art.º 3.º da Lei n.º 53-E/2006 de 29 de dezembro, que aprova o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (RG TAL), que as "taxas das autarquias locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da lei.-----

----- Considerando que nos casos em apreço, artigos 24.º e 29.º da Tabela de Taxas não se verifica qualquer sinalagma, ou seja o Município não proceda a qualquer reapreciação da pretensão dos particulares mas tão só se procede à renovação automática da licença".-----

-----Face ao que procede sou da opinião que:-----

-----1. Não deva ser liquidada e cobrada, nas renovações, as taxas constantes dos artigos 24.º e 29.º da Tabela de Taxas uma vez que não se verifica qualquer contraprestação pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Município em respeito pelo art.º 3.º do RGTAL. A cobrança daquelas taxas, constantes do art.º 24.º e 29.º da Tabela de Taxas, violaria a norma evocada pelo existe fundamento legal para a sua não liquidação e cobrança;-----

-----2. Assim, nas renovações de publicidade e ocupação do espaço público, apenas deve ser cobrada a componente variável das taxas e não as que constam dos artigos 24.º e 29.º da Tabela de Taxas.;-----

-----3. Deverá proceder-se ao ajustamento da Tabela de Taxas de forma a ser presente na sessão, se concordarem, da Assembleia Municipal de Fevereiro. “-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que se proceda à alteração da Tabela de Taxas por forma a que nas renovações de publicidade e ocupação do espaço público, apenas deve ser cobrada a componente variável das taxas e não as que constam dos artigos 24.º e 29.º da Tabela de Taxas.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a alteração proposta e remeter a mesma à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação.-----

8.5.-CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – PARECER PRÉVIO GENÉRICO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a proposta com o seguinte teor:-----

-----“ A Lei nº. 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (LOE 2015), determina no seu artigo 75º., para o ano de 2015, que a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos, serviços e entidades previstos no artigo 2º. da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº. 35/2014, de 20 de junho, e pelo Decreto – Lei nº.47/2013, de 5 de abril , alterado pela lei nº.66/2013, de 27 de agosto, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do governo responsável pela área das Finanças nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, ficando sujeita à aplicação da redução remuneratória, nos termos do artigo 75º. da Lei nº. 82-



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

B/2014, conjugado com a Lei nº. 75/2014, de 12 de setembro.-----

-----Por sua vez, o nº.12 do artigo 75º. da LOE 2015 mencionada, determina também que o parecer acima referido, nas autarquias locais, é da competência do órgão executivo municipal, sendo que esse parecer se aplica aos contratos de prestação de serviços abrangidos pelo âmbito da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº. 35/2014, de 20 de junho, e pelo Decreto – Lei nº.47/2013, de 5 de abril, alterado pela lei nº.66/2013, de 27 de agosto no artigo independentemente da natureza da contraparte, designadamente contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença bem como contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.-----

-----O parecer prévio vinculativo depende da verificação dos requisitos previstos no nº. 6 do artigo 75º. da referida LOE 2015, com as devidas adaptações independentemente da contraparte, ou seja:-----

-----a) Demonstração de que se trate de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, tendo em consideração o disposto no nº. 6 do mesmo artigo;-----

-----b) Declaração de cabimento orçamental;-----

-----c) Cumprimento do disposto no nº.1 do artigo 75º. da LOE 2015, isto é, a redução percentual do valor total a pagar pelo contrato com idêntico objeto e a mesma contraparte.-----

-----Os termos e tramitação do parecer prévio vinculativo na Administração Local são os regulados pela Portaria referida no nº. 2 do artº. 32º. da Lei nº. 35/2014, de 20 de junho, que ainda não foi publicada, o que faz com que não exista regulamentação quanto a esses termos e tramitação do parecer vinculativo.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Apesar de tal ausência de regulamentação poder conduzir à inexorabilidade de adotar o regime ali previsto, tem sido entendimento que a contratação abrangida por aquele diploma está sujeito a parecer prévio da Câmara Municipal, de carácter concreto ou genérico.-----

-----No âmbito deste Município deve garantir-se que são criados instrumentos destinados a assegurar a eficiência e eficácia na gestão em matéria de contratação pública, o que se não conseguirá sem que, entre outras medidas, à semelhança do que vem sucedendo para a Administração Central, se estabeleça uma autorização genérica para efeitos de parecer prévio vinculativo.-----

-----Tal autorização genérica, não deixando de ter tratamento uniforme com o que tem sido defendido para a Administração Central, deverá refletir a realidade municipal, desde logo no que concerne ao universo de contratação necessária para o assegurar o normal funcionamento dos serviços, bem como ao cumprimento dos projetos/ações constantes do plano atividades e orçamento para 2015.-----

-----Proponho que, em face do exposto, e ao abrigo das disposições legais supra citadas, o Executivo municipal delibere:-----

-----1.-Para efeitos do previsto no n.º 4 do artigo 75.º, para o ano de 2015, e da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e pelo Decreto – Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, emitir parecer prévio genérico favorável à celebração e renovação de contratos de prestação de serviços, sempre que a adjudicação ocorra nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 ou n.º 4 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, ou ainda no termos do previsto no artigo 128.º do mesmo diploma legal, desde que o valor do contrato seja igual ou inferior a 5.000,00 €, sem IVA.-----

-----2.-Os serviços que contratem ao abrigo da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, deverão elaborar informação onde conste os seguintes elementos:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----a) Descrição do contrato e seu objeto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso a modalidade de relação jurídica de emprego público constituída ou a constituir e a inexistência de pessoal em situação de modalidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento será definido por portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas;-----

-----b) Declaração de cabimento, depois de verificado, quando aplicável, o cumprimento da redução remuneratória prevista no artigo 75º. da LOE 2015, juntando para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntica objeto e ou contraparte.-----

-----3.-A obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial prevista na parte final da alínea s) do número anterior pode ser oficiosamente apreciada em qualquer fase do procedimento e determina a convolação do pedido no procedimento de mobilidade aplicável.-----

-----4.-O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todos os contratos de prestação de serviços que, por via de celebração ou renovação, produzam efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-

8.6.-RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (AVENÇA) COM NUNO VASCO SIMÕES FERNANDES- PARECER PRÉVIO VINCULATIVO:-

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico da Unidade de Contratação Pública para efeitos de emissão de parecer prévio vinculativo previsto no artº. 75º. do O.E. de 2015, e que a seguir se transcreve:-----

-----I-“Objeto do contrato:-----

-----O contrato de prestação de serviço acima identificado tem como objeto a prestação de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

serviços de projeção de filmes e assistência técnica de eventos a realizar no Centro de Animação Cultural.-----

-----Nos termos da sua cláusula terceira tem a duração de um ano e é renovável por igual período.-----

-----O seu período de vigência terminou a 31 de dezembro de 2014 .-----

-----**II- Enquadramento legal do pedido de parecer vinculativo.**-----

-----1- Nos termos do nº 5 do artigo 75º da Lei 82-B/2014 de 31/12 (Lei do Orçamento do Estado para 2015) carece de parecer vinculativo a celebração ou renovações de contratos de aquisição de serviços por órgãos abrangidos pelo âmbito da aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho, e pelo Dec.Lei 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei 66/2013, de 27 de agosto, designadamente no que respeita a:-----

-----a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;-----

-----b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.-----

-----2- Conforme determina o n.º 12 do referido artigo 76.º nas autarquias locais esse parecer é da competência do órgão executivo, e depende da verificação dos seguintes requisitos:-----

-----a) Verificação que se trata de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas.-----

-----b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental;-----

-----c) Cumprimento do disposto no n.º1 do já mencionado art.º75.º, ou seja a redução remuneratória a que se refere o n.º1 do artigo 2.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----III- Do contrato de prestação de serviços a renovar:-----

-----1-Tendo por base o contrato a renovar com o presente prestador de serviços, demonstra-se o seguinte:-----

-----a) Que se trata de trabalho não subordinado e não existe qualquer possibilidade ao recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. Quanto à inexistência de pessoal em situação de requalificação a portaria a que se refere a parte final da alínea a) do n.º 6 do artigo 75.º, de 31 de dezembro ainda não foi publicada.-----

-----b) Pelos serviços de contabilidade foi emitida a posição atual do orçamento da despesa para 2015, através da qual se verifica que a despesa objeto do presente contrato tem cabimento na classificação 010107.-----

-----c) A remuneração paga ao prestador de serviços é mensal e na importância de 560,00 € . -

-----Como se trata de um contrato de avença e conforme determina o nº4 do já citado artigo 75º , a redução remuneratória incide sobre o valor a pagar mensalmente. A alínea a), do nº 1, do artigo 2.º da Lei 75/2013, determina que são reduzidas as remunerações totais ilíquidas mensais superiores a 1.500€.-

-----Assim o presente prestador de serviços não está abrangido pela redução remuneratória a que se refere o nº 1 do artº 75º da Lei 82-B/2014 (Orçamento do Estado para 2015).-----

-----IV- Da proposta em sentido estrito.-----

-----Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, considera-se que deverá ser presente ao executivo municipal, proposta para que delibere emitir, por força do disposto no n.º 12 do artigo 75.º da Lei 82-B/2012, de 31/2014, parecer prévio favorável relativamente à renovação do contrato de prestação de serviços celebrado com Nuno Vasco Simões Fernandes, por se encontrarem reunidos todos os requisitos previstos no nº .6 do mencionado artigo 75.º”-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer prévio favorável à renovação do contrato de prestação de serviços celebrado com Nuno Vasco Simões Fernandes.-----

8.7.-PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“O Município está registado na Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP) com a expectativa desta possuir acordos celebrados na área da aquisição de combustíveis.-----

-----Consultado o Manual dos Acordos Quadros verifica-se que a ANCP possui acordo quadro de combustíveis rodoviários com a BP, Repsol e Petrogal.-----

-----O Acordo Quadro tem como objeto o estabelecimento das condições jurídicas, técnicas e económicas para a aquisição de combustíveis em postos de abastecimentos públicos a granel pelas entidades adquirentes, existindo na ANCP os seguintes lotes:-----

-----Lote 1: destina-se a aquisição de combustíveis rodoviários em, postos de abastecimento público;-----

-----Lote 2: A aquisição de combustíveis rodoviários a granel.-----

-----No caso do Município só interessa o lote 1 uma vez que não possui depósito de armazenamento;-----

-----A celebração de contratos ao abrigo de Acordos Quadro estão previstos e regulamentados no art.º 257.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Nos termos do art.º 258.º do C.C.P. para a formação de contratos ao abrigo dos acordos quadro deve-se optar pelo procedimento de ajuste direto.-----

-----Assim proponho:-----

-----1.-Que a formação de contrato para o fornecimento de combustíveis rodoviários para o ano de 2015 e de 2016 seja efetuado ao abrigo do Acordo Quadro da ANCP.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----2.-Que o fornecimento seja efetuado nos termos do lote 1, ou seja, em postos de abastecimento públicos, através de cartão eletrónico.-----

-----3.-Dado que duas das três entidades credenciadas a fornecer combustíveis possuem postos públicos no concelho, sejam estas convidadas a apresentar proposta, BP e PETROGAL.-----

-----4.-Que o júri do procedimento seja constituído pelos seguintes elementos: Presidente – Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador; Eng.º Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão; Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques, Chefe de Divisão.-----

-----Suplentes: Manuel Jorge Gomes Nunes, Coordenador Técnico Eng.º Arnaldo Duarte Araújo Borges Ferreira, Chefe de Divisão.-----

-----5.-Que seja aprovado o respetivo convite e caderno de encargos”.-----

-----Depois de apreciado o assunto, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

8.8.-INDEMNIZAÇÃO PELA DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIO E OCUPAÇÃO DE TERRENOS, SITOS NA AV. DO REGUENGO, Nº.225, EM VILA MEÃ SOBRAL –

Parecer da CCDRC:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o parecer nº. 344 de 16/12/2014 elaborado pela Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local da CCDR Centro relativo à questão formulada por este Município através do ofício ref.ª 004070, de 14/12/2014, relativo a “Expropriação; aquisição por via do direito privado”, e nomeadamente sobre o processo de indemnização no valor de cinquenta mil euros (50.000,00 €) a João Paulo Gomes Morais pela ocupação do seu terreno e demolição de edifícios, nele existentes, sitos na Av. do Reguengo, em Vila Meã, Freguesia de Sobral, e que a seguir se transcreve:-----

-----“Através de ofício com registo nesta autoridade administrativa nº. 20092/14, datado de 5 de dezembro de 2014, veio o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mortágua solicitar parecer jurídico quanto à realização de um negócio jurídico que pretende realizar com um



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

particular, visando “indemnizá-lo” pela demolição de um prédio urbano necessário à concretização de alagamento de um arruamento na freguesia do Sobral, concelho de Mortágua.-----

-----Refira-se que o único instrumento jurídico que lhe permite concretizar este negócio é o recursos à via expropriativa. Na verdade, a autoridade administrativa não está a atuar neste negócio ao abrigo de normas de direito privado, com qualquer particular que atua livremente no mercado, no caso em apreço de aquisição de bens imóveis, mas imbuída de prerrogativa de direito público, e não são estas prerrogativas que lhe permitem sacrificar o património de um administrativo por razões de interesse público, mediante justa compensação.-----

-----Destarte, competindo à Câmara Municipal realizar investimentos nas vias municipais – vide desde logo a alínea ee) e qq) do n.º do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pode a Câmara Municipal expropriar bens imóveis por causa de utilidade pública, uma vez que a gestão das vias municipais está compreendida suas atribuições e competências - vide artigo 1.º do Código de Expropriações aprovado em anexo à Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, e ulteriores alterações.-----

-----Nestes termos, com vista a concretizar a expropriação, deve a Câmara Municipal proceder à resolução de expropriar, nos termos do artigo 10º. do citado diploma legal no pressuposto que não se trata de uma expropriação com carácter de urgência a que se refere o artigo 15.º do Código de Expropriações, está essa Câmara Municipal obrigada a, antes de requerer a declaração de utilidade pública, diligenciar no sentido de adquirir o imóvel por via do direito privado, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Código das Expropriações.-----

-----Ora, para isso torna-se necessário proceder, previamente, à avaliação do imóvel. Essa avaliação é feita por perito da lista oficial, da livre escolha da Câmara Municipal - vide que a notificação da resolução de expropriação deve já incluir proposta para aquisição pela via do direito privado, que terá como referência o valor constante do relatório do perito – cfr artigo



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.º, n.º 2 e artigo 10.º n.º4 do Código das Expropriações, tanto mais que, a resolução de expropriar já deve conter a previsão do montante dos encargos a suportar com a expropriação – alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Código das Expropriações.-----

-----Quanto à escolha do perito deve a autarquia consultar a lista de peritos na página eletrónica da Direção Geral da Administração da Justiça e quanto ao procedimento a adotar, tratando-se de uma aquisição de um serviço, deve seguir as regras estabelecidas no Código dos Contratos Públicos.-----

-----Notificado o interessado, no caso em apreço o expropriado, uma vez que se admite face aos dados em presença que não existe qualquer outro titular de direito real ou ónus sobre o prédio a expropriar, nem arrendatário, este dispõe do prazo de 20 dias úteis contados a partir da receção da proposta para dizer o que se lhe oferecer sobre a proposta apresentada, podendo apresentar contraproposta – vide artigo 11.º n.º 5.-----

-----Se existir resposta ou contraproposta por parte do interessado e se existir acordo, o ato de expropriação termina com a respetiva escritura de compra e venda.-----

-----Não existindo acordo segue a via “litigiosa”: Assim, tal recusa ou falta de resposta confere à Câmara Municipal a faculdade de apresentar requerimento para a declaração de utilidade pública – DOP nos termos do n.º 6, do artigo 11.º do Código das Expropriações – vide também a alínea vv) do n.º1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Sobre a DUP, vide artigo 12.º e ss do Código das Expropriações. Publicada a DUP, segue-se novo processo negocial nos termos do artigo 35.º do Código das Expropriações.-----

-----Não existindo acordo segue-se a expropriação litigiosa nos termos dos artigos 38.º e ss. do Código.-----

-----No sentido de ajudar à concretização da expropriação se implicar a declaração de utilidade pública, sugere-se a consulta do seguinte link: <http://www.portautarquio.pt/pt-PT/assuntos-juridicos/expropriações-e-servidos/>.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade nomear o perito Luís Pedro Barbosa Antunes, Engº. de Recursos Florestais, residente na Rua António Gonçalves, nº.65, 1º. F, 3040 – 375 COIMBRA, constante da lista oficial da Direção-Geral da Administração da Justiça - Distrito Judicial de Coimbra, para proceder à avaliação do imóvel, considerando que já efetuou outras avaliações para o Município no âmbito destas funções.-----

8.9.-PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE RAMAL DE SANEAMENTO:-----

-----No seguimento da notificação efetuada a Ana Patrícia Marques da Cruz Correia através do ofício 3970, de 26 de novembro último, relativa ao projeto de indeferimento tomado na Reunião de Câmara de 5/11/2014 do seu pedido de isenção de pagamento do valor de duzentos e trinta e quatro euros e trinta e nove centimos (234,39 €) referente à execução de ramal de saneamento, foi presente a informação dos serviços administrativos datada de 15/12/2014 a informar que, tendo terminado o prazo para aquela requerente se pronunciar, não deu entrada nos serviços qualquer resposta à referida notificação.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade converter o projeto de decisão de indeferimento tomado na Reunião de Câmara de 05/11/2014, em decisão final e notificar a requerente, procedendo-se posteriormente ao arquivamento do processo.-----

9.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

9.1.-REQº. Nº.943/2014 DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCº. Nº. 01/2014/91 DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO (alínea e), nº.1, artº.29º. RMUET):---

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento de Roberto Martins registado com o nº. 01/2014/91 para nos termos da alínea e) do nº. 3 do art.º 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, solicitar a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil oitocentos e oitenta e dois euros e três centimos (1.882,03 €) e de TMU no valor de trezentos e setenta e cinco euros e quarenta e quatro centimos (375,44 €), do processo nº. 01/2014/91 Construção de Nova Habitação, sita na Rua Principal, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Almacinha.-----

-----Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas *“Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, ou individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”*.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções passou para a Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do art.º 16º. daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento da taxa de licenciamento no valor de mil oitocentos e oitenta e dois euros e três cêntimos (1.882,03 €) e de TMU no valor de trezentos e setenta e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos (375,44 €), do processo n.º. 01/2014/91 Construção de Nova Habitação, sita na Rua Principal, em Almacinha.-----

9.2.-REQº. N.º.940/2014 DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCº. N.º. 01/2013/210 DE ALTERAÇÃO DA CASA PAROQUIAL DE PALA (alínea d), n.º.1, artº.29º. RMUET):-----

-----Foi presente o requerimento da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pala, registado sob o n.º. 940/2014 a requerer a isenção de pagamento da taxa no valor de setenta e seis euros e oitenta cêntimos (76,80 €) relativa à prorrogação da licença do processo n.º.01/2013/210, alteração e ampliação da Casa Paroquial de Pala.-----

-----Conforme o previsto na alínea d) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

pagamento de taxas a “ Entidades religiosas, culturais, desportivas, sociais, recreativas ou outras que, na área do Município, prossigam fins de interesse público”.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém com a entrada em vigor da Lei nº.73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções passou para a Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº.2 do artº. 16º. daquele diploma.-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento da taxa no de valor setenta e seis euros e oitenta cêntimos (76,80 €).

9.3.-PROCESSO Nº. 06/2014/3 DE DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 06/2014/3 em que é requerente Mário Lopes Jorge, residente em Urbanização Fonte Nova, nº.74, Pombal, e através do qual vem requerer, ao abrigo do artº. 6º. do Decreto – Lei nº. 555/99, de 16 de dezembro e posteriores alterações, a emissão de certidão de destaque de parcela de terreno sito na Rua da Associação, nº.11, na Gândara inscrito na matriz da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça sob o artigo 1883, e registado na Conservatória da Freguesia de Mortágua sob o nº .5 .-----

-----Depois de apreciado o processo e o respetivo parecer técnico favorável do Chefe de Divisão de Administração do Território, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a emissão da certidão de destaque, devendo proceder ao pagamento da importância de sessenta e três euros e noventa e cinco cêntimos (63,95 €).-----

9.4.-PROCESSO Nº. 06/2014/6 DE DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 06/2014/6 em que é requerente José Tomás das Neves, e Rui José de Matos residentes, respetivamente, em Rua Estrada Nacional nº.3, e Rua Estrada Principal, nº.20, Carvalhal, Freguesia de Pala, e através do qual



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

veem requerer ao abrigo do artº. 6º. do Decreto – Lei nº. 555/99, de 16 de dezembro e posteriores alterações, a emissão de certidão de destaque de parcela de terreno sito em Colos, Estrada Principal, no Carvalho, inscrito na matriz da Freguesia de Pala sob o artigo 961, e registado na Conservatória da Freguesia de Mortágua sob o nº.1712.-----

-----Depois de apreciado o processo e respetivo parecer técnico favorável do Chefe de Divisão de Administração do Território, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a emissão da certidão de destaque. devendo proceder ao pagamento da importância de sessenta e três euros e noventa e cinco cêntimos (63,95 €).-----

9.5.-PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO O ARTIGO URBANO 642 DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA NÃO POSSUÍ QUALQUER EDIFICAÇÃO:---

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o procº. Nº.4/2014/59, reqº. Nº. 04/2014/852, de Armando Ferreira dos Santos, residente na Rua da Capela, na Gândara, a requerer a emissão de certidão comprovativa e que no terreno de sua propriedade sito na Rua do Casal, na Gândara, com o artigo matricial nº.642, da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, não existe qualquer edificação.-----

-----A Câmara considerando as informações constantes nos serviços deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

9.6.-PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO O ARTIGO URBANO 9052 DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA CONFRONTA COM VIAS PÚBLICAS:---

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o procº. nº.4/2014/62, reqº. nº. 04/2014/879, de Pedro Tiago Fernandes Cabral, residente na Rua Francisco Sá Carneiro, nº.15, em Mortágua, a requerer a emissão de certidão comprovativa em como o terreno de sua propriedade com o artigo matricial nº.9052, da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Almaça, e registado na Conservatória do Registo Predial sob o nº. 740/199920131 possui as seguintes confrontações:-----

-----Norte – José Maria Jorge;-----

----- Sul – EN228;-----

----- Nascente – Caminho de Ferro;-----

----- Poente – Rua Vale da Fonte.-----

-----A Câmara considerando as informações constantes nos serviços deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

9.7.-PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO O ARTIGO URBANO 95239 DA FREGUESIA DO SOBRAL FOI DIVIDIDO PELA RUA NOSSA SENHORA DOS MILAGRES:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o procº. Nº.4/2014/63, reqº. Nº. 04/2014/890, de Elias Marques e Osvaldo Amadeu L. R. Moraes, residentes na Rua da Portela do Moinho, nº. 570, Tourigo, a requerer a emissão de certidão comprovativa em como o terreno de sua propriedade com o artigo matricial nº.9539, da Freguesia do Sobral foi dividido pela Rua da Nossa Senhora dos Milagres, em Mortazel, Freguesia do Sobral e integrado no domínio público da referida via a área de 362 m2.-----

-----A Câmara considerando as informações constantes nos serviços deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

9.8.-REQ. Nº. 969/2014 DA FABRICONSOR PARA ALTERAÇÃO DO ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO Nº. 63/2002:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o reqº. 969/2014, procº. 01-2014-167, da FABRICONSOR – Pré-Fabricados e Mobiliário Urbano, Lda., com sede no Parque Industrial de Mortágua , 3450 – 232 Mortágua, Pessoa Coletiva 501406123, titular do processo de obras nº. 167/2001, no qual foi emitido o Alvará de Licença e Utilização nº. 63/2002, o qual titula a



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

autorização de utilização de um edifício inscrito na matriz predial da respetiva freguesia sob os artigos urbanos 1708-U e 1714-U e rústicos que dele resultam identificados com os n.º. 2955, 2959, 2562, 2964, 2965, 2966, 2953, 1957, 2958, 2963, 2954 e 2961, e através do qual expõe e requer:-----

-----Ao apresentar tal Alvará de Licença de Utilização, enquanto documento necessário para instruir Escritura de Compra e Venda que irá ter por objeto os prédios urbanos edificados, verificou que nele constam, indevidamente, artigos urbanos edificados, verificou que nele constam, indevidamente artigos rústicos de que não é proprietário, o que facilmente se verifica em consideração que comprou ao Município todos os prédios objeto deste processo de obras:-

-----1.-De facto e considerando os prédios rústicos nele mencionados, apenas é proprietário dos ali identificados sob os artigos 2955, 2958, 2959, 2961, 2963, 2965 e 2966, de onde resulta que no identificado alvará são indevidamente mencionados os seguintes artigos:-----

-----a) 2953;-----

-----b) 2964 – um e outro nem sequer registados na CRP de Mortágua e que não foram (ambos) objeto de qualquer escritura de compra e venda com o Município;-----

-----c) 1957 – Registado na CRP de Mortágua em nome de Albino Simões dos Santos Duro com o n.º. 4180/2010083 e que não foi objeto de qualquer escritura de compra e venda com o Município;-----

-----d) 2954- Registado na CRP de Mortágua em nome de Vidraria de Mortágua com o n.º. 3477 e que não foi objeto de qualquer escritura de compra e venda.-----

-----2.-Acresce que no mesmo Alvará deveria estar mencionado, por havermos celebrado com o Município a correspondente escritura de compra e venda, o prédio rústico inscrito sob o artigo 7158, omissos que se impõe ser corrigido.-----

-----Assim face ao exposto, e após a concretização das correções que se impuserem, requerer a retificação do identificado alvará de Licença de Utilização de forma a que passem a constar os



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

seguintes artigos:-----

-----Arts 1708 e 1714 – U, posteriormente unificados num só artigo (o já também extinto artº. 2860) atualmente inscrito sob o artigo 3048º-U da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Artº. 2955 –R atualmente inscrito sob o artigo 8329 R da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça;-----

-----Artº. 2958 –R atualmente inscrito sob o artigo 8332 R da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça;-----

-----Artº. 2959 –R atualmente inscrito sob o artigo 8335 R da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça;-----

-----Artº. 2961 –R atualmente inscrito sob o artigo 8338 R da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça;-----

-----Artº. 2962 –R atualmente inscrito sob o artigo 8341 R da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça;-----

-----Artº. 2963 –R atualmente inscrito sob o artigo 8344 R da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça;-----

-----Artº. 2965 –R atualmente inscrito sob o artigo 8350 R da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça;-----

-----Artº. 2966 –R atualmente inscrito sob o artigo 8353 R da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça;-----

-----Artº. 7158 –R atualmente inscrito sob o artigo 16990 R da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto e as informações dos serviços constantes no mesmo, deliberou por unanimidade proceder à retificação do Alvará de utilização nº.63/2002 de acordo com os elementos constantes na presente deliberação.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Não participou na apreciação e votação do presente ponto a Sr.^a. Vereadora Dr.^a. Márcia Maria dos Santos Lopes, eleita pelo PS.-----

9.9.-PROCESSO N.º. 2014/56 DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE/AMPLIAÇÃO DE COMPARTES:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º. 10/2014/56, req.º. 10/2014/8937, de Maria da Graça Branco Massa Gouveia Leitão Ribeiro, residente na Rua Júlio Araújo Vieira, n.º.6, Taveiro, Coimbra, a requerer, na qualidade de proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça com o artigo 8729 no local denominado “Chões”, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, com a área total de 21240 m², a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54.º, da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de compra e venda a favor de Abel João Marques Torres e ao qual vende 8/30 avos de metade indivisa do prédio.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

9.10.-EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----

9.10.1.-PROC. 08/2013/02, NA AV. DR. JOSÉ ASSIS E SANTOS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º. 08/2013/02, referente ao prédio em mau estado de conservação, sito a Av. Dr. Assis e Santos, 40-4.º. Dt.º., em Mortágua, de propriedade de Maria Alice Rodrigues Filipe, residente na Av. Dr. Assis e Santos, 40-4.º. Dt.º., em Mortágua, acompanhado pela informação dos serviços de Fiscalização, datado de 10/01/2014, que conclui que foram realizados as obras que foram impostas garantindo assim o constante dos artigos 89.º. e 89.º. a do Decreto – Lei n.º. 26/2010, e propõe deste modo o arquivamento do processo.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade proceder ao arquivamento do processo.-----

9.12.-PROC. 08/2014/03, NA ALAMEDA DA IGREJA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 08/2014/03, referente ao prédio do Centro Paroquial de Mortágua em mau estado de conservação, sito na Alameda da Igreja, em Mortágua, propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial de Mortágua, acompanhado do Parecer Técnico do Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território, datado de 29/12/2014, que conclui:-----

-----“ A análise do processo e informação dos Serviços de Fiscalização (fl.9) indicam que a situação referenciada não teve qualquer tipo de evolução.-----

-----Assim:-----

-----. Mantém-se todos os pressupostos que deram origem ao Auto de vistoria de 06.08.2014 no qual concluiu pela necessidade de intervenção correctiva urgente.-----

-----. Nos termos do artigo 100º. do DL nº.26/2010, o desrespeito do acto administrativo deliberado em RC de 06.08.2014, constituem crime de desobediência de acordo com o artigo 256º. do Código Penal.-----

-----. Se as obras de correção de anomalias não se verificar de imediato (nos próximos 30 dias), propõe-se a aplicação directa dos artigos 91º, 107º. e 108º. do RJUE isto é “obras coercivas, posse administrativa e pagamento realizadas com a execução.” -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade notificar a Fábrica da Igreja Paroquial de Mortágua para informar a Câmara relativamente ao ponto em que se encontra a realização das obras determinadas.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezassete horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

mim

Alcides Paulo

Secretário do Órgão e pelo

Senhor Presidente.-----

Jan